

**DESAFIOS E RETROCESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO LUZ**

**CHALLENGES AND SETBACKS IN THE IMPLEMENTATION OF  
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS IN BRAZIL: AN ANALYSIS  
OF THE RELATÓRIO LUZ**

**DESAFÍOS Y RETROCESOS EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LOS  
OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE EN BRASIL: UN  
ANÁLISIS DEL RELATÓRIO LUZ**

**ANDERSON TEIXEIRA RENZCHERCHEN**

Post-doctoral fellow in the Graduate Program in Community Development, Unicentro - PNPD, and post-doctoral fellow in the Graduate Program in Education at PUCPR. PhD in Education from PUCPR. Email: [a.renzcherchen@gmail.com](mailto:a.renzcherchen@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0438-4622>.

**SILVIO ROBERTO STEFANI**

Associate Professor at the Professional Master's Degree in Management at UNICENTRO - PPGADM and at the Interdisciplinary Master's and Doctorate at PPGDC Unicentro. Post-Doctor in Management from FEP - University of Porto. PostDoctorate in Administration at Univali. PhD in Administration from the University of São Paulo USP, email: [professor-silvio@hotmail.com](mailto:professor-silvio@hotmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5871-8686>.

**PRISCILA MEIER DE ANDRADE TRIBECK**

Professor at UTFPR's Higher Education, in the Humanities area. Strategic post-doctorate in Community Development (UNICENTRO). PhD in Applied Social Sciences (UEPG). Master's degree in Teaching Science and Technology (UTFPR). Bachelor's degree in Pedagogy (UEPG). Bachelor's degree in Public Administration (UEPG). Email: [pmtribeck@utfpr.edu.br](mailto:pmtribeck@utfpr.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6176-4758>.

**RESUMO:**

**Objetivo do estudo:** analisar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, com foco nos desafios enfrentados nos retrocessos identificados e nas lacunas a serem preenchidas. A análise fornece reflexões para a formulação de políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável no país.



**Metodologia:** A metodologia fundamentou-se em uma pesquisa de análise documental com base no Relatório Luz de 2023. Foram considerados aspectos como políticas públicas, investimentos em infraestrutura, desigualdade social e ambiental, entre outros.

**Principais resultados:** Os retrocessos identificados abrangem áreas fundamentais como pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, acesso à água e saneamento, energia, emprego digno, conservação ambiental e governança inclusiva. Destaca-se a necessidade de ações coordenadas e baseadas em evidências para superar tais desafios.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** contribui para a compreensão dos desafios e retrocessos na implementação dos ODS no Brasil, fornecendo reflexões para a formulação de políticas e estratégias que possam potencializar o impacto das Instituições de Ensino Superior e demais atores sociais na promoção do desenvolvimento sustentável. Apresenta oportunidades para estudos futuros que abordem a eficácia das ações implementadas e a superação dos desafios identificados.

**Relevância/originalidade:** A análise dos retrocessos e desafios nos ODS no Brasil destaca a importância de abordagens holísticas e estratégias integradas para enfrentar questões estruturais e ideológicas que permeiam a sociedade brasileira. O artigo contribui empiricamente para o entendimento da implementação dos ODS no contexto brasileiro, intentando reflexões para avançar na agenda de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Instituições de Ensino Superior, Relatório Luz.

## ABSTRACT

**Purpose:** To analyze the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs) in Brazil, focusing on the challenges faced, setbacks identified, and gaps to be addressed. The analysis provides insights for the formulation of policies and actions that promote sustainable development in the country.

**Methodology:** The methodology was based on documentary analysis research using the 2023 Relatório Luz. Aspects such as public policies, infrastructure investments, social and environmental inequality, among others, were considered.

**Main Results:** The identified setbacks encompass fundamental areas such as poverty, health, education, gender equality, access to water and sanitation, energy, decent employment, environmental conservation, and inclusive governance. There is a need for coordinated and evidence-based actions to overcome such challenges.

**Theoretical/Methodological Contributions:** It contributes to understanding the challenges and setbacks in the implementation of the SDGs in Brazil, providing insights for the formulation of policies and strategies that can enhance the impact of Higher Education Institutions and other social actors in promoting sustainable development. It presents opportunities for future studies addressing the effectiveness of implemented actions and overcoming identified challenges.

**Relevance/Originality:** The analysis of setbacks and challenges in the SDGs in Brazil highlights the importance of holistic approaches and integrated strategies to address structural and ideological issues permeating Brazilian society. The article empirically



contributes to understanding the implementation of the SDGs in the Brazilian context, intending reflections to advance the sustainable development agenda.

**Keywords:** Sustainable Development Goals, Higher Education Institutions, Relatório Luz.

## RESUMEN

**Objetivo del estudio:** analizar la implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en Brasil, con un enfoque en los desafíos enfrentados, los retrocesos identificados y las brechas que deben ser llenadas. El análisis proporciona reflexiones para la formulación de políticas y acciones que promuevan el desarrollo sostenible en el país.

**Metodología:** La metodología se basó en una investigación de análisis documental basada en el Relatório Luz de 2023. Se consideraron aspectos como políticas públicas, inversiones en infraestructura, desigualdad social y ambiental, entre otros.

**Principales resultados:** Los retrocesos identificados abarcan áreas fundamentales como la pobreza, la salud, la educación, la igualdad de género, el acceso al agua y saneamiento, la energía, el empleo digno, la conservación ambiental y la gobernanza inclusiva. Se destaca la necesidad de acciones coordinadas y basadas en evidencia para superar dichos desafíos.

**Contribuciones teóricas/metodológicas:** contribuye a la comprensión de los desafíos y retrocesos en la implementación de los ODS en Brasil, proporcionando reflexiones para la formulación de políticas y estrategias que puedan potenciar el impacto de las Instituciones de Educación Superior y otros actores sociales en la promoción del desarrollo sostenible. Presenta oportunidades para estudios futuros que aborden la eficacia de las acciones implementadas y la superación de los desafíos identificados.

**Relevancia/originalidad:** El análisis de los retrocesos y desafíos en los ODS en Brasil destaca la importancia de enfoques holísticos y estrategias integradas para abordar cuestiones estructurales e ideológicas que atraviesan la sociedad brasileña. El artículo contribuye empíricamente al entendimiento de la implementación de los ODS en el contexto brasileño, ofreciendo reflexiones para avanzar en la agenda de desarrollo sostenible.

**Palabras clave:** Objetivos de Desarrollo Sostenible, Instituciones de Educación Superior, Relatório Luz.

## 1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é um pacto global proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a preocupação de assegurar meios para a melhoria da qualidade de vida nos países signatários, por meio do lema “ninguém deixado para trás” e baseia-se em cinco princípios orientadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e



Parcerias. Para a consolidação desta agenda, no ano de 2015, foram renovados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que ficaram conhecidos como “8 formas de mudar o mundo” por meio dos objetivos de desenvolvimento sustentável com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas globais e 175 metas brasileiras para se atingir até 2030.

Anualmente são realizadas avaliações das metas que são sistematizadas pelo Relatório Luz (RL). O Relatório Luz (2023), o qual é referente ao ano de 2022, é um documento produzido anualmente pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), que há sete anos desenvolvem avaliações interdisciplinares e que tem como objetivo monitorar e avaliar o progresso do Brasil em relação aos ODS da ONU. O relatório é elaborado por um grupo de mais de 40 organizações da sociedade civil e especialistas em desenvolvimento sustentável, que analisam dados e informações de diversas fontes, incluindo relatórios governamentais, pesquisas acadêmicas e relatórios de organizações internacionais. O documento apresenta uma análise crítica do desempenho do Brasil em relação aos ODS, destacando avanços, desafios e retrocessos em cada um dos objetivos. Além disso, o Relatório Luz também traz recomendações para o governo e a sociedade civil sobre como promover a implementação dos ODS no país.

O Relatório Luz de 2023 avaliou 169 metas, sendo que 168 delas são aplicáveis ao Brasil. Das metas avaliadas, 102 estão em retrocesso, 16 estão ameaçadas, 14 estão estagnadas, 29 estão em situação insuficiente, 4 estão satisfatórias e 3 não possuem dados disponíveis (RL, 2023).

O progresso em relação aos ODS tem sido desafiador, com retrocessos em áreas como redução da pobreza, desigualdade social, proteção ambiental e promoção da igualdade de gênero. O país enfrenta desafios estruturais, como a falta de investimentos em infraestrutura, a desigualdade social e a falta de políticas públicas efetivas para promover o desenvolvimento sustentável.

No entanto, as universidades públicas seguem caminhando em projetos de extensão, ensino e pesquisa, ainda que timidamente. Um exemplo dos esforços empenhados é do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO por meio do Laboratório Aplicado de Estudos em Cidades & Desenvolvimento Sustentável, que realiza, sob a coordenação do professor Silvio Roberto Stefani, um projeto de pesquisa sobre os ODS e as universidades paranaenses que conta com uma equipe



de pesquisadores de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica. O objetivo de tal projeto é analisar as ações dos projetos de extensão e pesquisa das Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná em prol dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030. Esse projeto tem foco na análise das ações dos projetos de extensão, pesquisa e PDI das IES Estaduais.

A partir destes apontamentos, este artigo visou apresentar uma síntese dos resultados alcançados até o momento no âmbito do projeto de pesquisa mencionado anteriormente, aprofundar a compreensão sobre a relação entre os ODS e realizar uma análise do Relatório Luz (2023), explorando em detalhes suas conclusões e recomendações no que diz respeito à implementação e progresso dos ODS no contexto brasileiro. Isso foi realizado com base em uma pesquisa de análise documental.

Com base em Lima Junior *et al.* (2021), que definem pesquisa com análise documental como uma metodologia de investigação científica que utiliza procedimentos técnicos e científicos específicos para examinar e compreender o conteúdo de documentos de diversos tipos, a fim de obter informações significativas de acordo com os objetivos de pesquisa estabelecidos. Essa abordagem envolve a avaliação preliminar de cada documento, considerando elementos como contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave, seguida pela análise documental propriamente dita.

Esta análise se propõe a lançar luz sobre os desafios enfrentados, os sucessos alcançados e as lacunas a serem preenchidas na trajetória do Brasil rumo ao cumprimento dos ODS, fornecendo reflexões para a formulação de políticas, estratégias e ações concretas que possam potencializar o impacto das IES e demais atores sociais na promoção do desenvolvimento sustentável.

O artigo está estruturado em seções que abordam diferentes aspectos da implementação dos ODS no Brasil. Inicia com uma introdução que contextualiza a importância dos ODS e a relevância do tema para o país. Em seguida, apresenta uma análise dos desafios enfrentados, dos sucessos alcançados e das lacunas a serem preenchidas na trajetória do Brasil em relação aos ODS. Posteriormente, são discutidos os retrocessos identificados, destacando áreas de preocupação e questões estruturais que impactam a implementação da Agenda 2030. Por fim, o artigo conclui com reflexões sobre a necessidade de ações coordenadas e baseadas em evidências



para enfrentar os problemas estruturais que impedem o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

## 2 ANÁLISE DO RELATÓRIO LUZ E OS ODS NO BRASIL

A análise dos retrocessos e desafios nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, conforme evidenciado pelo Relatório Luz (2023), revela uma lacuna significativa entre as aspirações globais e a realidade nacional. Essa lacuna reflete não apenas falhas nas políticas públicas, mas também desafios estruturais e ideológicos que minam os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

O relatório destaca retrocessos alarmantes em áreas fundamentais, como pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, acesso à água e saneamento, energia, emprego digno, conservação ambiental e governança inclusiva. Tais retrocessos são consistentes com análises recentes sobre desenvolvimento e sustentabilidade no Brasil, que apontam para desafios persistentes e agravados em meio a mudanças políticas, sociais e ambientais (RL, 2023). Para uma avaliação mais abrangente dos ODS, o Quadro 1 apresenta uma descrição dos 17 Objetivos e suas respectivas finalidades.

**Quadro 1: Os 17 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**

| ODS   | Objetivo                            | Explicação  |
|-------|-------------------------------------|---|
| ODS 1 | Erradicação da Pobreza              | Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, até 2030. Isso envolve garantir que todos tenham acesso a recursos, serviços básicos e oportunidades econômicas.   |
| ODS 2 | Fome Zero e Agricultura Sustentável | Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.   |
| ODS 3 | Saúde e Bem-Estar                   | Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Isso inclui acesso a serviços de saúde de qualidade e promoção de práticas saudáveis.               |
| ODS 4 | Educação de Qualidade               | Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.  |
| ODS 5 | Igualdade de Gênero                 | Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Isso envolve eliminar a discriminação, garantir acesso a oportunidades e promover a participação igualitária. |
| ODS 6 | Água Potável e Saneamento           | Garantir disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Isso inclui acesso a água potável e instalações sanitárias adequadas.                                  |
| ODS 7 | Energia Limpa e Acessível           | Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e acessível a serviços de energia para todos.  |



|        |  |  |
|--------|--|--|
| ODS 8  | Trabalho Decente e Crescimento Econômico | Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.  |
| ODS 9  | Indústria, Inovação e Infraestrutura     | Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.   |
| ODS 10 | Redução das Desigualdades                | Reduzir a desigualdade dentro e entre os países. Isso inclui medidas para promover a inclusão social, econômica e política de todos.   |
| ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis       | Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.  |
| ODS 12 | Consumo e Produção Responsáveis          | Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis. Isso envolve reduzir desperdícios, usar recursos de forma eficiente e adotar práticas sustentáveis.  |
| ODS 13 | Ação Contra a Mudança Global do Clima    | Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.  |
| ODS 14 | Vida na Água                             | Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.  |
| ODS 15 | Vida Terrestre                           | Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade. |
| ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes     | Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.                   |
| ODS 17 | Parcerias e Meios de Implementação       | Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui mobilizar recursos financeiros, compartilhar tecnologia e promover a cooperação internacional.          |

Fonte: autores com base em ONU (2015b).

O Relatório Luz (2023) aponta que o ODS 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, apresenta retrocessos no Brasil. Segundo o relatório, seis das sete metas do ODS 1 estão em retrocesso, e uma está ameaçada. O ciclo de empobrecimento de parte significativa da população, o retorno do país ao Mapa da Fome e a restrição do acesso aos serviços públicos são citados como principais causas desses resultados. O documento destaca a importância de políticas públicas efetivas e de ações para combater a pobreza e promover a inclusão social no país.

Em relação ao ODS 2, foi apontado que as oito metas deste objetivo, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, também estão em retrocesso no Brasil. O documento destaca que a redução de áreas da pequena produção agrícola e a perda de territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais para o agronegócio e a mineração se acelerou, e que a fome impacta mais os domicílios rurais, as famílias nas quais a



pessoa provedora de sustento está desempregada ou depende de trabalho informal, as mulheres negras (pretas e pardas) e a população do Norte e Nordeste. O relatório também menciona que a meta 2.1 vem retrocedendo desde 2019, o que viola a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (RL, 2023).

No que diz respeito à pobreza e à fome (ODS 1 e 2), observa-se um aumento nas taxas de empobrecimento e insegurança alimentar, especialmente entre populações vulneráveis e em áreas rurais. Estudos recentes, como os de Breitzkreitz e Silva (2023) corroboram essas tendências, destacando a relação entre desigualdade socioeconômica, políticas de austeridade e falta de investimento em segurança alimentar.

O Relatório Luz (2030) destaca que o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades, também apresenta desafios no Brasil. O acesso a serviços de saneamento básico e energia elétrica, assim como a posse de bens nos domicílios, têm enfrentado estagnação desde 2016. Além disso, o relatório aponta que a liberação de agrotóxicos atingiu seu recorde, e que a situação da fome dos Yanomamis foi internacionalmente denunciada entre 2022 e 2023 e ignorada pelo governo. Esses aspectos demonstram a complexidade e os desafios enfrentados na promoção da saúde, bem-estar e acesso a serviços essenciais no país.

No contexto da saúde (ODS 3), os desafios são agravados pela pandemia de COVID-19 e pela deterioração dos serviços de saneamento básico e acesso à água potável. Pesquisas de Jatobá e Carvalho (2023), Ribeiro-Silva *et al.* (2020) e Sousa e Fenandes (2020) ressaltam a importância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da promoção de políticas públicas integradas para mitigar os impactos negativos decorrentes de problemas oriundos da saúde na sociedade, com a necessidade da participação da comunidade em geral e melhoria na saúde pública a partir de discussões abertas e democráticas.

O ODS 4, que visa garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos, também apresenta retrocessos no Brasil. O Relatório Luz (2023) destaca que a meta 4.1, que visa garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, segue em retrocesso. O relatório também



menciona a privatização avançando na contramão dos Princípios de Abidjan<sup>1</sup> e da Constituição Federal, a distorção idade-série, altas taxas de evasão escolar e baixos índices de aprendizagem. O texto ressalta a importância da promoção de políticas públicas eficazes e medidas para assegurar que todos no país tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Quanto à educação (ODS 4), o aumento da privatização e a persistência de disparidades de acesso e qualidade evidenciam a necessidade de reformas estruturais na educação. Estudos como os de Carvalho (2013) e Frigotto (2021) apontam para os impactos negativos da privatização e da mercantilização da educação, destacando a importância da educação pública e inclusiva como um direito fundamental.

Foi destacado pelo Relatório Luz (2023) que o ODS 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, também apresenta desafios no Brasil. O documento menciona que a desigualdade de gênero persiste no país, com disparidades salariais, sub-representação das mulheres em cargos de liderança e altos índices de violência contra as mulheres. Além disso, o relatório aponta que a pandemia da Covid-19 agravou as desigualdades de gênero, com impactos negativos na participação das mulheres no mercado de trabalho e no aumento da carga de trabalho doméstico não remunerado. Esses aspectos demonstram a complexidade e os desafios enfrentados na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas no Brasil.

A desigualdade de gênero (ODS 5) persiste, com disparidades salariais, sub-representação em cargos de liderança e aumento da violência contra as mulheres. As pesquisas de Cisne e Gurgel (2008) e Meinberg e Silva (2023) destacam a necessidade de políticas que enfrentem as raízes estruturais da desigualdade de gênero e promovam a participação das mulheres em todos os aspectos da vida social e econômica.

Ao tratar do ODS 6, que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas as pessoas, o Relatório Luz (2023) aponta para

---

<sup>1</sup> “Os Princípios de Abidjan sobre as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos de fornecer educação pública e de regular a participação do setor privado na educação são compostos de 97 princípios orientadores. Além destes, dez princípios gerais fornecem uma visão abrangente e um resumo dos princípios orientadores. Os dez princípios gerais devem ser lidos juntamente com os princípios orientadores, e foram adotados como um todo no bojo dos Princípios de Abidjan.” (Os Princípios de Abidjan, 2019, p. 9).



desafios no Brasil. O documento menciona que quatro das metas do ODS 6, que estavam ameaçadas em 2020, passaram para situações de retrocesso e estagnação. Além disso, o relatório aponta que a universalização efetiva do direito à água e ao saneamento carece de uma política de Estado que priorize o acesso para populações marginalizadas e em situação de vulnerabilidade. O documento destaca a importância de identificar o déficit dos serviços, planejar respostas integradas em todo o território nacional e melhorar o monitoramento por meio de dados oficiais para reverter essa realidade. Esses aspectos demonstram os desafios enfrentados na garantia da disponibilidade de água e saneamento para todas as pessoas no Brasil.

O ODS 7, que visa assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia, também apresenta inconformidades no Brasil. O Relatório Luz (2023) menciona que a meta 7.1, que busca assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia, permaneceu em retrocesso. Além disso, o relatório aponta que a inadimplência no pagamento de contas de energia elétrica atingiu 40% em 2021, e que sete em cada dez famílias deixaram de comprar alimentos básicos para arcar com o valor da conta de luz. Esses dados evidenciam os desafios enfrentados em relação ao acesso à energia no Brasil e a necessidade de políticas e ações para garantir um acesso universal, confiável e acessível a serviços de energia para toda a população. menciona que a meta 7.1, que busca assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia, permaneceu em retrocesso. Além disso, o relatório aponta que a inadimplência no pagamento de contas de energia elétrica atingiu 40% em 2021, e que sete em cada dez famílias deixaram de comprar alimentos básicos para arcar com o valor da conta de luz. Esses dados evidenciam os desafios enfrentados em relação ao acesso à energia no Brasil e a necessidade de políticas e ações para garantir um acesso universal, confiável e acessível a serviços de energia para toda a população.

O Relatório Luz (2023) destaca que o ODS 8, que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as pessoas, enfrentou retrocessos no Brasil nos últimos anos. A extinção e posterior recriação do Ministério do Trabalho, a precarização do trabalho e o aumento da informalidade foram algumas das marcas da política governamental na última gestão federal. Além disso, a economia brasileira é extremamente concentrada em oligopólios nacionais e regionais, o que estrangula a



perspectiva de desenvolvimento sustentável no país. A meta 8.1, que busca sustentar o crescimento econômico per capita, completou quatro anos de retrocesso. Apesar do reaquecimento do mercado de trabalho pós-pandemia e do Programa Auxílio Brasil, não houve redução expressiva da desigualdade econômica e a população mais pobre continuou abandonada.

No que consiste ao ODS 9, que visa construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, o Relatório Luz (2023), aponta que as metas 9.b e 9.c tiveram progresso insuficiente, que só se verificou por ação da iniciativa privada. O apagão de dados oficiais em relação a essas metas permaneceu, mas as empresas brasileiras dedicaram em média, em 2022, 9% do seu faturamento para investimentos em tecnologia, com um crescimento anual de cerca de 6% ao longo de 35 anos (RL, 2023). No entanto, permanece a desigualdade no acesso à tecnologia e à conectividade, apesar do aumento no número de dispositivos digitais. O acesso e os preços ainda são muito desiguais, especialmente fora dos grandes centros.

O Relatório Luz (2023) destaca que o ODS 10, que visa reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, enfrentou retrocessos no Brasil nos últimos anos. As desigualdades socioeconômicas no país se ampliaram exponencialmente sob o governo Bolsonaro, em razão da política econômica, das opções ideológicas e falta de capacidade técnica do mandatário e sua equipe, da inação diante da pandemia e também pelo imponderável da Guerra Rússia-Ucrânia. Apesar do reaquecimento do mercado de trabalho pós-pandemia e do Programa Auxílio Brasil, não houve redução expressiva da desigualdade econômica e a população mais pobre continuou abandonada. A meta 10.1 saiu de três anos de retrocesso para uma situação de progresso, mas ainda insuficiente. A razão entre o rendimento médio dos 40% mais pobres e o rendimento médio da população total aumentou, mas ainda está longe da meta estabelecida. As desigualdades socioeconômicas têm impactos mais profundos sobre as mulheres e meninas, população negra, povos indígenas e grupos sociais historicamente mais vulneráveis, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Sobre o ODS 11, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, enfrentou desafios no Brasil. O panorama do ODS 11 é expressão das frágeis políticas habitacionais, de mobilidade urbana, de saneamento (ODS 6), trabalhistas (ODS 8) e climáticas (ODS 13), que se



somam ao congelamento de assentamentos rurais e urbanos para populações indígenas, quilombolas e sem-terra. Os assentamentos precários e informais ou domicílios inadequados chegaram a 104.475, de acordo com o Censo 2022. No Painel ODS Brasil não há dados para cinco metas deste Objetivo. Além disso, o Estado Brasileiro respondeu “sim” ao indicador sobre “existência de políticas urbanas nacionais ou planos regionais que garantem o desenvolvimento territorial equilibrado com responsabilidade fiscal e ao atendimento do Marco de Sendai<sup>2</sup> para redução de desastres” em um contexto de impactos da pandemia, agravamento do racismo ambiental e da emergência climática. Isso é contraditório e as tragédias na cidade fluminense de Petrópolis e nos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Sergipe nos últimos dois anos não estão contabilizadas no repositório governamental de informações sobre os ODS (RL, 2023).

Em relação ao ODS 12, que visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, de acordo com o Relatório Luz (2023), enfrentou retrocessos no Brasil nos últimos anos. Das onze metas analisadas, apenas duas foram melhor classificadas em relação ao Relatório Luz 2022, sendo que o avanço na meta 12.a decorreu da mudança na interpretação dos dados disponíveis: considerou-se a capacidade instalada de geração renovável per capita no país, e não o apoio do Brasil a outros países. Cinco metas permaneceram no mesmo patamar (quatro delas em retrocesso), e quatro caíram de classificação em 2022, sobretudo em matéria de acesso à informação e à educação ambiental. A falta de padrões de produção e consumo responsáveis e sustentáveis, que contribui e sofre as consequências das múltiplas crises – política, econômica, social, ambiental e climática – que o mundo enfrenta, fez retroceder a implementação do ODS 12.

O Relatório Luz (2023) destaca que o ODS 13, que visa melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima, enfrentou retrocessos na esfera da educação ambiental e climática no Brasil. A análise orçamentária elaborada por especialistas apontou que apenas três políticas públicas na área foram desenvolvidas e/ou mantidas entre 2019 e 2022. Além disso, o Painel ODS Brasil deixou de ter atualização para esta meta em 2020. A falta de avanços na

<sup>2</sup> O Marco de Sendai é um acordo internacional adotado em março de 2015 durante a Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres, realizada na cidade de Sendai, Japão. O Marco de Sendai é um documento estratégico que estabelece objetivos e metas para reduzir o risco de desastres em todo o mundo. (ONU, 2015a).



educação ambiental e climática reflete um cenário de retrocesso, com impactos significativos na capacidade humana e institucional de lidar com a mudança do clima.

O ODS 14, que visa conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, também retrocedeu no Brasil. A meta 14.a, que trata da conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, permaneceu sem progresso significativo. A pesca predatória, a poluição e a degradação dos ecossistemas marinhos continuam sendo problemas graves no país. Além disso, a meta 14.b, que trata do acesso aos recursos genéticos marinhos e sua repartição justa e equitativa dos benefícios, permanece sem dados disponíveis. A falta de avanços na conservação e uso sustentável dos recursos marinhos reflete um cenário de retrocesso, com impactos significativos na biodiversidade e na economia do país.

O ODS 15, que visa proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, segundo o Relatório, foi outro que enfrentou retrocessos no Brasil. A análise orçamentária elaborada por especialistas apontou que apenas três políticas públicas na área foram desenvolvidas e/ou mantidas entre 2019 e 2022. Além disso, o Painel ODS Brasil deixou de ter atualização para esta meta em 2020. A falta de avanços na proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres reflete um cenário de retrocesso, com impactos significativos na biodiversidade e na sustentabilidade ambiental do país (RL, 2023).

A crise ambiental, evidenciada nos ODS 6 a 15, é exacerbada pela falta de políticas eficazes de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Estudos como o de Santos (2023), Silva e Anunciação (2023) e Silva e Branchi (2021) alertam para os impactos da degradação ambiental na biodiversidade, no clima e na segurança hídrica, ressaltando a necessidade de ações urgentes para proteger os ecossistemas e promover a sustentabilidade ambiental.

Em relação ao ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, o Relatório Luz (2023) aponta que as desigualdades socioeconômicas no Brasil se ampliaram exponencialmente, em razão de políticas econômicas, opções ideológicas e falta de capacidade técnica do governo. Além disso, a inação diante da pandemia e



o imponderável da Guerra Rússia-Ucrânia também contribuíram para a ampliação das desigualdades. Esses fatores impactam negativamente a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, bem como o acesso à justiça para todos no país.

No último ODS, o Relatório Luz (2023) destaca que o ODS 17, o qual visa fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, enfrentou desafios no Brasil. O documento aponta que as metas 17.9 e 17.10 tiveram progresso insuficiente, que só se verificou por ação da iniciativa privada. Além disso, permanece a desigualdade no acesso à tecnologia e à conectividade, apesar do aumento no número de dispositivos digitais. A falta de avanços significativos na promoção de parcerias eficazes para o desenvolvimento sustentável reflete um cenário de desafios na implementação do ODS 17 no Brasil.

Em relação à governança e parcerias (ODS 16 e 17), a ampliação das desigualdades socioeconômicas e a erosão das instituições democráticas representam obstáculos significativos para o desenvolvimento sustentável. Estudos como os de Gomes e Ferreira (2018) e Padilha e Pompeu (2019) destacam a importância da participação cívica, transparência e cooperação internacional na promoção da governança inclusiva e na construção de parcerias eficazes para o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a análise dos retrocessos e desafios nos ODS no Brasil destaca a necessidade premente de ações coordenadas e baseadas em evidências para enfrentar os problemas estruturais que impedem o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Isso requer não apenas políticas e investimentos adequados, mas também um compromisso renovado com os princípios da justiça social, da igualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental em todas as esferas da vida política, econômica e social do país.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação minuciosa dos desafios, conquistas e retrocessos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, conforme detalhada no Relatório Luz (2023), revela um quadro preocupante e complexo. Ao longo dos anos, o país tem enfrentado obstáculos significativos em sua jornada rumo ao cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030. Desde a erradicação da pobreza até a promoção da



igualdade de gênero e a conservação ambiental, cada ODS apresenta áreas de preocupação e lacunas que exigem atenção imediata e ação coordenada.

Os retrocessos destacados no Relatório Luz (2023) refletem não apenas falhas nas políticas públicas, mas também questões estruturais e ideológicas profundas que permeiam a sociedade brasileira. A falta de investimentos em infraestrutura, a desigualdade social persistente e a degradação ambiental são desafios que exigem abordagens holísticas e estratégias integradas.

No entanto, é importante reconhecer os esforços realizados por diversos setores da sociedade, incluindo universidades e organizações da sociedade civil, na busca por soluções e avanços em prol dos ODS. Projetos de pesquisa, programas de extensão e iniciativas comunitárias demonstram um compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável e oferecem reflexões para enfrentar os desafios atuais.

As IES desempenham um papel fundamental na implementação dos ODS ao promoverem a pesquisa, o ensino e a extensão voltados para questões socioambientais. Por meio de programas de extensão, projetos de pesquisa e currículos acadêmicos voltados para a sustentabilidade, as IES capacitam os estudantes e a comunidade para compreenderem e enfrentarem os desafios relacionados aos ODS. Além disso, as parcerias entre as IES e outras instituições permitem a criação de soluções inovadoras e a disseminação do conhecimento necessário para promover mudanças positivas em direção ao desenvolvimento sustentável.

Para avançar de forma significativa em direção aos ODS, é essencial que haja uma coordenação eficaz entre os diferentes atores sociais, governamentais e não governamentais. Isso requer não apenas políticas e investimentos adequados, mas também uma mudança de paradigma em relação à justiça social, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental. A participação ativa da sociedade civil, a transparência nas políticas públicas e o fortalecimento das instituições democráticas são fundamentais para garantir um progresso sustentável e inclusivo.

Diante dos desafios apresentados, este artigo ressalta a urgência de ações concretas e baseadas em evidências para enfrentar as questões estruturais que impedem o avanço em direção aos ODS. Somente por meio de um compromisso coletivo e uma abordagem integrada será possível transformar os desafios em oportunidades e construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos os brasileiros e brasileiras.



## REFERÊNCIAS:

BREITKREITZ, Laucir Gerson; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Impactos da austeridade fiscal no investimento da União em políticas sociais e nas desigualdades no Brasil de 2012 a 2021. **Tempo da Ciência**, v. 30, n. 59, p. 31-31, 2023. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/31389/22059>.

Acesso em: 25 jan. 2024.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 761-776, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008. DOI: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v10i22.12960](https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12960).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 636-652, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44442>.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.667>.

JATOBÁ, Alessandro; CARVALHO, Paulo Victor Rodrigues de. Resiliência em saúde pública: preceitos, conceitos, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 130-139, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E810>.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MEINBERG, Luma Meinberg; SILVA, Adriana Campos. Uma análise sobre as questões de gênero e raciais sob a perspectiva político e econômica. **Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas**, v. 4, n. 02, p. 49-77, 2023. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpcj/article/view/624>. Acesso em: 25 jan. 2024.

OS PRINCÍPIOS DE ABIDJAN. **Princípios orientadores sobre as obrigações dos Estados em matéria de Direitos Humanos de fornecer educação pública e de regular a participação do setor privado na educação**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.abidjanprinciples.org/es/home>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. (Versão em português não-oficial –31 de maio de



2015). 2015a. Disponível em [https://www.unisdr.org/files/43291\\_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf](https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015b. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PADILHA, Norma Sueli; POMPEU, Gina Vidal Marcilio. Retrocessos nas políticas ambientais brasileiras e as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável: estratégias e indicadores para implementação do estado de direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 96, 2019. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2023/06/26/15\\_19\\_46\\_889\\_RTDoc\\_26\\_06\\_2\\_023\\_18\\_18\\_PM\\_.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2023/06/26/15_19_46_889_RTDoc_26_06_2_023_18_18_PM_.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

RELATÓRIO LUZ - RL. **Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030**, 2023. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>.

SANTOS, Walmir Coelho da Costa. O impacto da desinformação digital na provisão de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/download/547/397>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; ANUNCIAÇÃO, Vicentina Socorro da. Estratégias de educação ambiental para a gestão participativa: experiências em Unidades de Conservação, Brasil. **Geo UERJ**, n. 43, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/42443>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Guilherme Henrique Pereira da; BRANCHI, Bruna Angela. A contribuição da política ambiental brasileira na proteção das áreas de conservação urbanas. **Cerrados**, v. 19, n. 1, p. 181-202, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8113076>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SOUSA, Camila; FENANDES, Violeta Campolina. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Journal of Management & Primary Health Care**. v. 12, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.579>.

